



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA 37/2017

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, no prédio do PREVIMPA sito à Rua Uruguai número duzentos e setenta e sete, décimo quarto andar, teve início a quingentésima septuagésima primeira reunião ordinária do Conselho de Administração do PREVIMPA. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Adroaldo Bauer Spíndola Correa, Alessandra Bocorny de Azevedo, Álvaro Dion Teixeira, Antônio Carlos da Costa Pinto, Cárin Cecília da Rosa Carvalho, Clarazete Gautério de Farias, Edson Zomar de Oliveira, Fabiane Borges Pavani, Isabel Cristina Junqueira, Laerte Campos de Oliveira, Luciane Pereira da Silva, Luis Fernando de Fraga Silva, Luis Ferrari Borba, Maércio de Almeida Flores Cruz, Marilena Ruschel da Cunha, Marisa Ney Santos Pinho, Pedro Luis da Silva Vargas, Renan da Silva Aguiar, Teresinha Casagrande e Valdemir de Souza Estran. A sessão foi dirigida pela presidente Luciane Pereira da Silva, juntamente com o secretário Luis Fernando de Fraga Silva.

EXPEDIENTE-ITEM 1: apresentação da Ata 036/2017 de 21/11/2017, aprovada.

EXPEDIENTE-ITEM 2: Informes: O secretário Luis Fernando de Fraga Silva efetuou a leitura do ofício nº 1286/2017 da Presidência da Câmara Municipal, pelo qual informa a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 011/17 por solicitação do Executivo Municipal. O conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas reiterou sua solicitação das reuniões anteriores referente à atualização do site do PREVIMPA em relação às eleições para os Conselhos de Administração e Fiscal. O secretário Luis Fernando de Fraga Silva comunicou que as eleições para os Conselhos podem ser prejudicadas em função da greve dos servidores da Procempa. Que na próxima quinta-feira está agendada uma reunião da Comissão Eleitoral para debater alternativas à forma de votação e custos. Que inicialmente o calendário está mantido, mas que diante do impasse, não está descartada a necessidade de transferência para o mês de abril, com conseqüente prorrogação dos mandatos dos atuais conselheiros. O conselheiro Adroaldo Bauer Spíndola Correa informou que obteve a informação de decisão por suspensão da greve dos servidores da Procempa em assembléia realizada no dia de ontem. Comunicou ainda que está agendada uma nova assembléia da categoria para o dia trinta de novembro, na Casa do Gaúcho, com início previsto para as dezoito horas. O vice-presidente Renan da Silva Aguiar informou que partes das informações do site são atualizadas pelo PREVIMPA e outra parte pelo Gabinete de Comunicação Social, e que algumas atualizações não estão ocorrendo por falhas ocorridas e que pende de solução por parte da Procempa, o que acaba prejudicado em função da greve. Em relação às eleições informou que em princípio não haveria problema em relação aos custos, mas que seria necessário verificar o que prevê o edital em relação à forma de votação, mas ponderou que caso seja necessário alterar o edital, isso provavelmente acarretará na transferência da eleição. A presidente Luciane Pereira da Silva procedeu à leitura de artigo do Auditor Fiscal da Receita Municipal Rodrigo Sartori Fantinel na qual anuncia o crescimento da arrecadação de valores em dívida ativa, com previsão de que no

46 decorrer do ano a receita supere os duzentos milhões de reais. O conselheiro Laerte Campos
47 de Oliveira informou a realização no dia de ontem, da Tribuna Popular na Câmara
48 Municipal, promovido pelo Sindicato dos Engenheiros, em defesa do DMAE e contra a
49 privatização da água, sendo o DMAE um órgão capaz de prestar um ótimo serviço à
50 população. O conselheiro Maércio de Almeida Flores Cruz informou que o SENGE defende
51 a manutenção do DMAE público, e que não há nenhuma razão técnica ou econômica para
52 privatizá-lo, a não ser a aplicação da receita neoliberal do estado mínimo, que houve
53 concordância da maioria das bancadas com a manifestação do SENGE, inclusive de
54 bancadas da base do governo, como a do Partido Progressista. ORDEM DO DIA-ITEM 1: o
55 servidor Dalvin Gabriel José de Souza, chefe da Unidade de Investimentos, apresentou a
56 distribuição dos resultados obtidos através de investimentos referentes ao quinto bimestre, e
57 através de planilhas e gráficos detalhou a distribuição do resultado por administrador dos
58 fundos, o patrimônio líquido do Previmpa Capitalização por alocação no mercado
59 financeiro (anual e mensal), alocação por mercado e por tipo de investimento, a captação
60 líquida e a receita de investimentos, o comparativo entre o IPCA e a meta atuarial, entre a
61 meta atuaria e o rendimento obtido, a evolução do patrimônio líquido do regime
62 capitalizado e o comparativo entre meta atuarial x rendimento x SELIC. ORDEM DO DIA-
63 ITEM 2: na seqüência foi retomado o debate sobre a minuta do projeto de lei da previdência
64 complementar. O conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas externou suas preocupações com
65 o tema, principalmente pelo risco da reforma da previdência flexibilizar a gestão por
66 entidades privadas. Na sua concepção entende que não há garantias para os recursos
67 integralizados, tanto patronais quanto dos servidores, não há valor de benefício, nem
68 mínimo, estabelecido e garantido quando da inatividade, não há possibilidade de
69 arrependimento, nem por um breve período, aos que ingressarem no sistema e desejarem
70 sair e que os servidores da fundação a ser constituída para gerir a previdência complementar
71 municipal serão contribuintes do Regime Geral. Relatou ainda, não concordar com a
72 criação de um novo ente diante do cenário de incerteza que o País vive e que é contrário a
73 proposta. O Conselheiro Renan compartilha da preocupação do Conselheiro Vargas, pois a
74 reforma da previdência trará um risco muito grande para os servidores e descaracterizará a
75 previdência complementar em relação ao modelo proposto por este Departamento. Por isso,
76 entende que a proposta protege os servidores municipais de uma possível alteração.
77 Informa que a Constituição Federal, no § 15, do art. 40 determina que as entidades fechadas
78 de previdência complementar, de natureza pública, oferecerão aos respectivos participantes
79 planos de benefícios **somente na modalidade de contribuição definida**. Que esta garantia
80 continuará sendo oferecida pelo RPPS até o teto do INSS. Que a possibilidade de migração
81 está prevista, podendo o servidor optar em 24 meses pela migração. Ressalta que uma vez
82 migrado, não poderá desistir. O conselheiro informa, ainda, que a única possibilidade que
83 teríamos se não fosse criada uma Fundação no Município, seria aderir a outros existentes, o
84 que não seria vantajoso para os servidores do município de Porto Alegre, em especial por
85 que não seria gerido por servidores do quadro da PMPA. A conselheira Marilena Ruschel
86 da Cunha ressaltou que caso seja aprovada a reforma da previdência, o valor das
87 aposentadorias vai diminuir, pois passará a ser calculado considerando todos os salários de
88 contribuição. Questionou ainda sobre a possibilidade de edição de uma nova medida
89 provisória obrigando a migração para uma entidade de previdência aberta. O Conselheiro
90 Renan confirma. Com a reforma a regra para os servidores que ingressaram a partir de 2003
91 será a média de todas as contribuições e não mais a média das 80% maiores contribuições.
92 Em relação ao segundo questionamento, acredita que seja pouco provável, principalmente
93 para aqueles que já instituíram o seu regime de previdência complementar. A reforma
94 possibilita e não obriga. O Conselheiro Luís Ferrari Borba reiterou as manifestações de

95 reuniões anteriores em relação à minuta, mantendo sérias dúvidas se o Prefeito vai aprovar
96 o modelo que está sendo proposto. E que, na sua concepção, não enxerga a necessidade
97 técnica do novo regime e, portanto, vê no PL uma mera opção política de desobrigação do
98 poder público com a aposentadoria do seu funcionário, no que se refere a valores acima do
99 teto do INSS. Finalizando, questionou se essa é a herança que devemos deixar aos futuros
100 colegas. O conselheiro Renan explica que a herança que deixaremos para os novos
101 servidores, em especial aqueles que ganham abaixo do teto (50% dos servidores
102 municipais) e para os demais que tem remuneração entre um teto e 1,30 tetos do INSS
103 (cerca de 20% dos servidores) é melhor do que o atual sistema, pois possibilitará que o
104 servidor (participante) contribua até 3% para previdência complementar e com um
105 benefício de o ente contribuir com o mesmo percentual. Desta forma, além do benefício do
106 RPPS, o servidor poderá contar com essa poupança individual. O Conselheiro Renan
107 destaca que o parecer favorável do CAD é vinculado a esta minuta. E que por todas as
108 justificativas elencadas durante estas semanas de discussão, o Prefeito irá encaminhar o
109 projeto, pois é bom para o Município de Porto Alegre e é bom para os servidores. Reitera
110 que o regime capitalizado apresenta déficit de 496 milhões e segundo informações prestadas
111 pela atuária em apresentações recentes o déficit tende a crescer com o ingresso de novos
112 servidores. Inclusive neste ponto, a instituição do regime complementar fortalece o RPPS.
113 Importante, ainda, destacar que o sistema proposto é misto. Até o teto do INNS o benefício
114 é garantido pelo Previmpa/PMPA, e os valores acima do teto são resultado das
115 contribuições e rendimentos de cada servidor com participação de igual percentual, limitado
116 a 8,5% pela PMPA. O conselheiro Edson Zomar de Oliveira disse reconhecer o esforço de
117 garantir o futuro aos servidores, mas que não se sente confortável em avaliar um projeto de
118 previdência complementar neste momento diante do cenário de insegurança vigente, onde o
119 estado brasileiro é refém do mercado financeiro. O conselheiro Valdemir de Souza Estran
120 manifestou ver com dificuldade a criação de um novo órgão de previdência complementar e
121 entende que o Previmpa tem suprido as necessidades dos servidores. Que não tem como
122 pensar em ser favorável por tudo que se tem visto em relação às entidades de previdência
123 complementar. O Conselheiro Renan pede atenção dos Conselheiros Edson e Estran, pois
124 fica preocupado que não esteja sendo claro suficiente. A minuta do projeto aqui apresentado
125 traz uma possibilidade para 50% dos servidores que ganham abaixo do teto, terem um
126 benefício a mais na sua aposentadoria. Para estes nada muda, não há nenhum ponto
127 negativo, pelo contrário, há um estímulo (3% de contribuição da PMPA) para que
128 contribuam para uma previdência complementar e assim possam ter um benefício extra.
129 Isso vale também para outros 20% dos servidores. Que os Conselheiros Edson e Estran
130 sempre defenderam estes servidores aqui no Conselho e esta minuta de previdência
131 complementar traz justamente um benefício para estes servidores. Para o conselheiro
132 Adroaldo Bauer Spindola Correa a reforma da previdência prevê a possibilidade de gestão
133 da previdência complementar por entidades privadas, mas que isso ainda não está aprovado.
134 Não acredita que o Prefeito irá optar por constituir um novo ente estatal, pois isso irá criar
135 uma nova despesa bem como não se ter garantia de que se apoiando este projeto o mesmo
136 não será alterado na sua essência antes do encaminhamento para o Legislativo. O
137 conselheiro Renan garante que trabalhará pela aprovação da minuta aqui apresentada. O
138 conselheiro Laerte Campos de Oliveira ressaltou que a herança é a reforma da previdência,
139 e que temos que tentar melhorar essa herança. A conselheira Clarazete Gautério de Farias
140 alertou sobre o risco de se estar concedendo uma carta branca ao Prefeito aprovando uma
141 minuta que poderá ser modificada antes do envio à Câmara. O vice-presidente Renan da
142 Silva Aguiar reiterou sua preocupação em responder a todos os questionamentos de forma a
143 dirimir todas as dúvidas surgidas durante o debate. Que a proposta é de criação de uma

